



PSICANÁLISE

Víctor Guerra

Vida psíquica do bebê

A parentalidade e os processos de subjetivação

Blucher

VIDA PSÍQUICA DO BEBÊ

*A parentalidade e os
processos de subjetivação*

Víctor Guerra

Tradução

Tania Mara Zalcborg

Revisão técnica

Carla Braz Metzner

Título original: *Vida psíquica del bebé. La parentalidad y los procesos de subjetivación*

Vida psíquica do bebê: a parentalidade e os processos de subjetivação

© 2020 Victor Guerra

© 2022 Editora Edgard Blücher Ltda.

All Rights Reserved. Authorised translation from the Spanish language edition published by Asociación Psicoanalítica del Uruguay and Instituto Universitario de Postgrado en Psicoanálisis.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonatas Eliakim

Produção editorial Catarina Tolentino

Preparação de texto Bárbara Waida

Diagramação Guilherme Henrique

Revisão de texto Maurício Katayama

Capa Leandro Cunha

Imagem da capa Martha Costa Cruz Leite de Barros – Poético 1, 2016.

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blucher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação
na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Guerra, Victor

Vida psíquica do bebê : a parentalidade e os processos de subjetivação / Victor Guerra ; tradução de Tania Mara Zalberg ; revisão técnica de Carla Braz Metzner. – São Paulo : Blucher, 2022.

336 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5506-376-9

Título original: Vida psíquica del bebe. La parentalidad y los procesos de subjetivación

1. Psicologia infantil 2. Lactentes – Desenvolvimento – Aspectos psicológicos I. Título II. Zalberg, Tania Mara III. Metzner, Carla Braz

22-5643

CDD 155.422

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicologia infantil

Conteúdo

Apresentação – “Continuamos...”: um diálogo imperecível <i>Analia Camiruaga, Mady Correa, Claudia Ravera, Tatiana Santander, Patricia Singer, Silvana Vignale</i>	11
Prefácio à edição brasileira <i>Carla Braz Metzner</i>	13
Prefácio – Uma amizade intersubjetiva <i>Bernard Golse</i>	15
A música e as interações iniciais	17
A intersubjetividade e a sincronização dos fluxos sensoriais	19
Prólogo – Apresentação de Víctor Guerra e história deste livro <i>Alberto Konicheckis</i>	25
Prólogo – Contribuição sobre a vida psíquica do bebê <i>Marcelo Viñar</i>	29

1. A intersubjetividade e as funções parentais no processo de subjetivação	35
A história de Frederico II	43
A língua universal	44
Subjetivação	46
Houve no início...	47
Funções simbólicas parentais	51
Quando e como retornamos desse exílio?	57
Complexo do arcaico na parentalidade e a estética da subjetivação	58
Estética da subjetivação	64
Algumas palavras sobre empatia	66
<i>Enactment</i> ou empatia metaforizante de S. Lebovici	68
2. A propósito do ritmo: diferentes versões da música da vida psíquica	71
Vínculo inicial e ritmo	74
O ritmo e a previsibilidade	77
O ritmo e a organização temporal	80
O ritmo e a continuidade psíquica	83
O ritmo e a integração das polaridades	85
Os riscos de um ritmo idêntico	87
O ritmo e a integração das polissensorialidades	89
O ritmo e a lei materna	93
Abertura à palavra, ao brincar e ao terceiro	100
Três linhas em ritmo	101
A disritmia	103
O ritmo e a cocriação artística como metáfora da subjetivação	105

3.	Indicadores de intersubjetividade de 0-12 meses: do encontro de olhares ao prazer de brincar juntos	123
	Indicadores de intersubjetividade de 0-6 meses: do encontro de olhares à dança das mãos	123
	Primeira Parte: Do encontro de olhares à dança das mãos	126
	Segunda Parte – Indicadores de intersubjetividade de 6-12 meses: do deslocamento no espaço ao prazer de brincar juntos	151
4.	Importância dos objetos no processo de simbolização: os objetos tutores	179
	Observação de um bebê de 9 meses	182
	Análise	183
	A atenção conjunta e o objeto	184
	Objetos tutores	186
	Objeto tutor e objeto de relação	188
	Objeto tutor, a narratividade e o jardim de infância	189
	Objetos e ritmo	193
	O objeto tutor e a capacidade de estar só	194
	Objeto tutor e a função de testemunho	196
	Caso clínico	198
5.	Falso <i>self</i> motor, uma versão da subjetivação que fracassa na hiperatividade	203
	A “moda” hiperativa	205
	Aspectos diagnósticos	205
	Aspectos clínicos	207
	Verdadeiro e falso <i>self</i>	208
	Falso <i>self</i> intelectual e falso <i>self</i> motor	210
	Caso clínico	213

Autonomia excessiva sem angústia de separação	217
Papel do movimento (como oposto ao relaxamento) e da pulsão de domínio	218
Transtorno de conciliação do sono	221
Epílogo	223
6. Formas de (des)subjetivação infantil nos tempos atuais:	
os transtornos de subjetivação arcaica	225
Mudanças na construção identitária	228
Reconfiguração do público e do privado	228
Tempo e espaço na atualidade	229
As tiranias da visibilidade e a primazia do sensorial	234
Transtornos de subjetivação arcaica	240
Caso clínico: do ritmo autocentrado à roda-roda	245
Análise	247
Caso clínico: da adesividade sensorial ao brincar compartilhado	253
7. A escuta sensorial e estética nos transtornos de subjetivação arcaica	261
A escuta, a capacidade negativa e a sensorialidade	262
A sensorialidade, o ritmo e o outro na subjetivação	270
A escuta estética	273
A consulta com bebês	275
Luisa provocando o nascimento da cor	277
Luisa com 11 meses	279
O nascimento de uma emoção em sessão	281
Jorge e o vazio assombrado	283
Trabalho com os pais e o ambiente subjetivante	285

A maleabilidade do encontro com Jorge	288
Onde está Jorge?	292
O vazio assombrado e as palavras de infância	296
Epílogo 1: Encontros e intercâmbios com Víctor Guerra	299
<i>René Roussillon</i>	
Epílogo 2: Víctor	307
<i>Gladys Franco</i>	
Epílogo 3: Escritos que revisitam, manuscritos que retomam	309
<i>Magdalena Filgueira, Corina Nin</i>	
Referências bibliográficas	311

1. A intersubjetividade e as funções parentais no processo de subjetivação

Tecer um vínculo com os outros.

Interagir, compartilhar, ouvir, responder.

Entrar em diálogo.

Nós partimos ao encontro dos outros, entramos em comunicação com os outros, aprendemos com os outros.

Descobrimos o mundo através do seu olhar, seus gestos, sua maneira de viver.

Nós compartilhamos o que parece a priori o mais incomunicável de nós – nosso mundo interior –, esta chama de vida mental que arde continuamente em nós durante toda a nossa existência.

Nós entramos em ressonância com as intenções e as emoções dos outros.

Colocamo-nos em seu lugar.

Nós vivemos, em nós, o que eles vivem.

J.C.¹

1 Ameisen (2014, p. 280).

Escolhi esta frase de abertura do pesquisador J.-C. Ameisen pela forma direta e sutil com que descreve algumas verdades, aquelas verdades que, no tecido constitutivo da subjetividade, que é o encontro com o outro, nos tornam humanos. É interessante como ele sugere que o vínculo com o outro se estabelece primeiro por meio de uma interação cada vez maior, que leva à troca dialógica e, a partir dela, algo do mundo interno pode ser compartilhado. Surpreendentemente, Ameisen fala de “chama mental” como metáfora para a vitalidade do mundo interno que é difícil de comunicar (incomunicável), o que a princípio me lembra o conceito de verdadeiro *self* de D. Winnicott. Núcleo silencioso do ser, fonte do gesto espontâneo e da criatividade, cujo resultado seria um contato mais genuíno com o outro, e não a mera adaptação às demandas (falso *self*).

Além disso, a frase de Ameisen destaca outro elemento: uma certa espessura poética. É escrita de tal forma que atinge certas barreiras discursivas e até sua própria musicalidade toca diretamente as emoções. Desse modo, arte e ciência parecem se reunir.

Gostaria de salientar especialmente este ponto, pois será o fio condutor deste livro.

Tentarei estabelecer minhas hipóteses de trabalho sobre o tema do ritmo, da intersubjetividade e de sua expressão nos processos de subjetivação dos bebês, e de seu fracasso em alguns casos. A teorização, a observação clínica e o diálogo com as artes vão andar de mãos dadas ao longo destas páginas. Tentarei mostrar que alguns poetas, pintores etc. estiveram “à nossa frente” e, ao serem questionados, nos esclarecerão um pouco melhor os “aspectos científicos” dos processos.

Demonstrarei como, na minha opinião, o processo de subjetivação do ser humano tem estreita relação com os processos de criação do artista, e como estes se correlacionam em um diálogo interminável.

Mas, voltando à frase de Ameisen, ele termina com a alusão ao contato com o outro. Entrar em ressonância com as intenções e as emoções dos outros... para mim, essa é uma bela definição de intersubjetividade. E o verbo usado por ele é muito sutil: *ressoar*, porque se abre para uma experiência sonora, musical, que valoriza a voz, o timbre, a prosódia, temas fundamentais que, ao longo da tese, mostrarei como se conectam em um diálogo interminável.

Gostaria de trazer agora as contribuições de Pascal Nouvel (2005) quando fala que investigar é: “Pegar a ideia e segui-la em todos os seus detalhes. Manter-se próximo da ideia, pensar e sentir o que dela emana”. Se tomarmos a frase com certa liberdade de interpretação, poderíamos compará-la ao processo de criação de um artista. O pesquisador dialoga com a ideia e a deixa seguir seu curso, seu caminho. É outra forma de pensar a pesquisa qualitativa, com um estilo particular. Penso que, de certa forma, isso também estava presente no espírito de Freud quando se lançou nessa aventura investigativa, tentando ir além do que havia como conhecimento científico em seu tempo sobre a histeria. Ele embarcou em algo novo, manteve-se próximo de uma ideia e deixou que ela própria irradiasse e criasse conceitos relacionados entre si.

Também, curiosamente, encontramos esse conceito de “irradiação” em uma poetisa uruguaia que admiro muito: Circe Maia. Durante uma entrevista, quando Circe Maia (2010) é questionada sobre o que é poesia, ela responde:

Acredito que o gesto primário da vida é abrir-se para o exterior, comunicar-se com algo que não é ela mesma e assimilá-lo. Também ocorre no gesto elementar de olhar. Há a saída para fora, em direção ao mundo. A poesia é então também um olhar que nos remete para a realidade externa, sem deixar de irradiar a partir de um centro íntimo. (Entrevista, 2010)

Circe Maia começa com uma definição da vida como gesto de abertura que na ritmicidade expressa pelo movimento se abre para a realidade externa (tanto no gesto como no olhar, ou o olhar como gesto), mas mantendo ao mesmo tempo essa irradiação de um centro íntimo. Centro que me faz pensar no conceito winnicottiano de verdadeiro *self*, que diríamos ser o centro de irradiação do gesto espontâneo, como expressão possível do genuíno no sujeito.

É significativo, portanto, que P. Nouvel e C. Maia, que obviamente não se conhecem e pertencem a diferentes latitudes culturais, usem o mesmo verbo: *irradiar*, seja de um centro íntimo ou de uma ideia.

O conceito de intersubjetividade que se desenvolveu nos últimos anos nos dá uma perspectiva muito interessante sobre a construção da vida psíquica de um bebê (Georgieff e Speranza, 2013).

Desde o início da psicanálise, o bebê era pensado como sujeito do “desamparo originário”, com sua impotência, em absoluta dependência do outro para a “ação específica” (Freud, 1895). Sem a ação do outro (“complexo do semelhante”) que possa sustentá-lo, o bebê seria oprimido pelas magnitudes de excitação de seu aparelho psíquico (Freud, 1925). Sem dúvida, as contribuições revolucionárias de Freud sobre a sexualidade infantil inconsciente, os conceitos de zona erógena e objeto sexual mudaram radicalmente a concepção do mundo subjetivo de um bebê.

Conceitos como “sentimento oceânico” e “ego do prazer purificado” nos permitem considerar que, em suas origens, o bebê estaria em uma forma de discriminação do objeto, daí seu *status* como “pessoa” com potencial para interagir com o meio; algo não contemplado até então. Claro que, em 1920, com a observação do neto de Freud e o jogo do *fort-da*, essa perspectiva mudou um pouco, pois ele descobre que já aos 18 meses o bebê é capaz de um jogo de elaboração da ausência materna.

Mas a postura inicial falaria de um bebê em absoluta dependência do meio ambiente e com certo grau de indiscriminação. Essa perspectiva influenciou autores como M. Mahler, que chegou a propor a existência de um período de “autismo normal” nos primeiros dois meses de vida:

O recém-nascido e os bebês muito pequenos vivenciam com frequência estados mais próximos do sono que dos estados de vigília. Esses estados lembram o estado arcaico de distribuição libidinal predominante durante a vida intrauterina sob o modelo de sistema monádico fechado, autossuficiente em sua satisfação alucinatória do desejo . . . Predominam os fenômenos fisiológicos, e não os psicológicos, e a função desse período é mais bem compreendida em termos fisiológicos. (Mahler, Pine e Bergman, 1975, pp. 59-60)

Mais tarde, essa autora modificou parcialmente sua perspectiva, pela qual tinha sido muito criticada. Também sabemos que M. Klein (1952) e E. Bick (1967) tinham outra perspectiva sobre o bebê. Para elas, o bebê era capaz de vivenciar angústias, colocar em ação mecanismos de defesa e ter outro grau de progressão.

Mas, do ponto de vista histórico, como ressalta D. Widlöcher (2000), tivemos de esperar as contribuições dos anos 1940, principalmente do Middle Group de Londres, para poder pensar como o ambiente influencia o bebê e, num processo em espiral, também coparticipa de sua subjetivação.

Bernard Golse (2007) é outro autor que declara ter havido mudanças muito importantes na imagem do bebê na cultura após a Segunda Guerra Mundial. A partir das vivências de abandono sofridas e da necessidade de cuidar de bebês e crianças pequenas, começaram a ser observadas suas reações à perdas.

Um importante polo de teorização dessas experiências ocorreu na Inglaterra com as contribuições também de A. Freud, de pesquisadores como D. Winnicott, A. e M. Balint, do referido Middle Group e de J. Bowlby, criador da teoria do apego, que também trabalhou com crianças abandonadas e com problemas de integração social.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, R. Spitz (1948) foi um dos primeiros a observar e filmar a interação face a face de um adulto com um bebê e comprovar que um bebê pode adoecer e até morrer de depressão, quando apresenta uma síndrome de depressão anaclítica e de marasmo. Esta pesquisa, juntamente com outras, trouxe como consequência a mudança da mentalidade coletiva sobre o bebê (representação cultural da criança), possibilitando que se passasse a pensar o bebê como pessoa em construção e não apenas como um “lactente”.

Mas, de qualquer forma, tivemos de esperar pelas contribuições de diferentes pesquisadores do desenvolvimento da década de 1970 para demonstrar, no bebê, a presença de potencialidades interativas. E nos referimos especialmente às contribuições de D. Stern (1977), com sua sutil análise das interações face a face como primeiras manifestações lúdicas, e também de S. Fraiberg (1999), por exemplo, no campo das terapias psicanalíticas mãe-bebê.

Nessa perspectiva, foi gestado o conceito de intersubjetividade, que para alguns autores, como C. Trevarthen (2003), seria uma potencialidade primária, uma condição do encontro humano, a partir da qual o bebê, desde o início da vida, tem a potencialidade de interagir com o outro e de ter graus de consciência da separação.

Mas falar de intersubjetividade é falar de um processo de separação do objeto.

B. Golse (2011) nos traz a seguinte perspectiva:

Entre o modelo de uma intersubjetividade secundária adquirida de uma fase de indiferenciação inicial absoluta (Spitz, Mahler), e o de uma intersubjetividade primária própria do recém-nascido (Stern, Trevarthen), existe uma terceira via, mais dialética e que defendemos com interesse. Essa terceira via consiste em pensar que o acesso à intersubjetividade não se faz a partir de um tudo ou nada, mas ocorre de forma dinâmica entre momentos de intersubjetividade primária realmente possíveis, mas fugidios, e de prováveis momentos de indiferenciação. Todo o problema do bebê e de suas interações com o meio ambiente é estabelecer progressivamente os primeiros momentos de intersubjetividade e torná-los, passo a passo, mais estáveis e contínuos. (pp. 99-100)

Seguindo R. Roussillon (2008), compreendemos que a intersubjetividade não está desvinculada da vida pulsional. Seria o “encontro de um sujeito, animado por pulsões e uma vida psíquica inconsciente, com um objeto, que é também um outro-sujeito, e também está animado por uma vida pulsional da qual uma parte é inconsciente”.

Também pensamos nela como uma forma (assimétrica) de compartilhar estados afetivos com o outro, participando de suas intenções e seus desejos, por meio do recurso da empatia. Como diz o poeta A. Porchia (1992): “Estar em companhia não é estar ‘com’ o outro, mas estar ‘no’ outro”. A diferença entre “com” e “em” implica um deslizamento para a vida subjetiva, uma viagem para a paisagem afetiva do outro, para sua vida pulsional e seus fantasmas.

As pesquisas atuais no campo psicanalítico, que também se baseiam nas observações de bebês em seu ambiente, têm fornecido dados suficientes para pensar que esses processos intersubjetivos tomam forma desde o início.

Como salientou P. Mazet (1992) há mais de vinte anos: “Atualmente, a relação pais-bebê é concebida como um processo bidirecional, em que o bebê não apenas é submetido às influências dos pais, como também produz modificações importantes neles”.

Por seu sorriso, por seus gritos, pelo conjunto de sinais que dirige a eles, contribuí intensamente para determinar suas vivências, suas satisfações, suas angústias, suas culpas, a imagem de si próprios como pais.

As pesquisas no campo da psicologia do desenvolvimento e do apego puderam ser úteis para nós, psicanalistas, para pensarmos o bebê não em um mundo fechado e solipsista, mas em um nível de coparticipação (assimétrica).

O período *in-fans* de 0 a 12 meses, então, provavelmente é um dos momentos mais revolucionários da vida do ser humano, e aquele no qual mais depende da participação do outro. A partir da fase fetal e do nascimento, estabelece-se uma dependência absoluta em relação ao meio ambiente, vai-se da falta de autonomia ao movimento autônomo – em torno do primeiro ano de vida – e à descoberta dos objetos e do espaço. Aos 2 anos, a possibilidade de independência se estabelece com a função simbólica (função semiótica), o acesso à linguagem e às bases em andamento, para a aquisição aos 4 anos da capacidade de “mentalização” e da “teoria da mente” (P. Fonagy). Essa seria a possibilidade de vivenciar os afetos como estados mentais diferenciados do outro, podendo começar a pensar e compreender as emoções e as intenções, tanto de si como dos outros.

Inúmeros pesquisadores, como P. Fonagy (1990, 2000, 2005), mostraram que essa capacidade de mentalização é muito importante para a regulação afetiva e para a integração da impulsividade. Poderíamos dizer que, sem o outro para pensá-lo, o bebê por si só não consegue adquirir a capacidade simbólica da linguagem e do pensamento.

Mas isso nem sempre foi “pensado” dessa forma. Considero importante conhecer uma “pesquisa”, realizada há muito tempo, que procurou explorar a relação entre os cuidados com o bebê e a aquisição da linguagem.

A história de Frederico II

Frederico II de Hohenstaufen foi imperador do Sacro Império Romano de 1212 a 1255. Seu nascimento em 1194 parece ter ocorrido em situações um pouco particulares. Segundo os cronistas da época, sua mãe, Constanza de Sicília, deu-o à luz na praça do mercado de Jesi, perto de Ancona, para que ninguém pudesse duvidar que, apesar de seus 40 anos, ela era a mãe e ele, o legítimo herdeiro do trono siciliano.

Frederico fica órfão de pai e mãe aos 4 anos de idade e, por testamento materno, o tutor é o Papa Inocêncio III. Mas o Papa, ocupado com suas questões políticas e teológicas, não cuida do menino, que passou de mão em mão como objeto precioso, porém indiferente, explorado pelos grandes, tratado como inimigo potencial pela maioria dos nobres. Muitas vezes ameaçado de morte, podemos supor que viveu momentos de muita incerteza e angústia.

O tempo passou e Frederico, aos 8 ou 9 anos, perambulava por ruas, mercados e jardins de Palermo, a capital “semiafricana”, onde se misturava uma comunidade diversificada de povos, religiões e línguas. Lá conviviam mesquitas e sinagogas, igrejas normandas e catedrais bizantinas. Nos mercados havia uma mistura de raças: normandos, italianos, árabes, alemães, judeus, gregos e assim por diante. O menino não teve outro recurso a não ser estabelecer relações com todos eles e, com sua mente alerta, aprende muito rapidamente a se apossar das línguas e dos costumes de todas aquelas raças. Parece que essa experiência o marcou claramente na disposição para uma

certa universalidade intelectual, já que Palermo foi ponto de encontro dos três grandes universos culturais da época: a Antiguidade, o Oriente e a Igreja. O menino se incorpora não só ao espírito e à atmosfera desses três mundos, mas também a suas várias línguas, seus ritos e seus costumes. Dessa maneira, Frederico aprendeu a falar nove línguas.

Assim, no ano de 1228, ele é obrigado pelo Papa Gregório IX a liderar uma nova cruzada e parte para reconquistar a terra santa de Jerusalém. Em vez de travar um combate sangrento, ele negocia em árabe diretamente com o sultão do Egito, Al-Khamil. Então, consegue recuperar Jerusalém, com exceção do distrito de Omar, e o sultão concede aos cristãos o direito de peregrinar em paz até o Santo Sepulcro. Essa capacidade de adaptação e negociação do imperador pode ter sido um dote natural, mas será que a experiência de infância no mercado, onde, para sobreviver, precisou aprender as línguas e os costumes dos estrangeiros, tornou-o especialista em contato intersubjetivo? Poderá ter tido uma influência positiva na maneira de se relacionar com os outros?

Mas o espírito inquieto e curioso de Frederico pelas línguas e pelos costumes humanos também tinha outros tons, outras cores não tão brilhantes.

A língua universal

Conta-se que Frederico, que conhecia tantas línguas, estava interessado em conhecer a “língua primitiva da humanidade”. Por essa razão, teria ordenado que determinado número de bebês fosse separado de suas mães e criado por amas de leite, a quem ele teria proibido especificamente de falar ou mimar enquanto cuidassem deles. Desse modo, com seu “protocolo experimental”, Frederico pensou que descobriria a língua que aqueles bebês naturalmente

falariam. Falariam hebraico, ou então grego, latim ou árabe? Qual deles seria o idioma mais antigo?

A experiência fracassou: essa espécie de *jardim de infância artificial*, sem contato afetivo (intersubjetivo), não produziu nenhuma língua original, não havia palavras nem havia vida, porque todos os bebês morreram. O que Frederico não sabia é que não existe uma língua universal, que se existisse uma língua universal entre os seres humanos seria a da intersubjetividade (Houzel, 2005).

Essa língua, que se exprime no início da vida por meio de códigos de comunicação não verbal, inclui não só o conteúdo verbal da mensagem, mas suas envolturas, a prosódia, o ritmo, o tom de voz, o rosto e o olhar como espelho, a imitação, a empatia; assim, toda a semiologia da gestualidade humana entra em jogo quando existe a possibilidade de descobrir pouco a pouco os desejos no interior do ser humano.

E essa possibilidade especial de comunicação está na base do conceito de intersubjetividade, que poderíamos definir como:

- experiência de compartilhar estados emocionais com o outro;
- conjunto de experiências que se coconstroem quando duas pessoas se encontram;
- capacidade de participar “em” e de “conhecer da” experiência do outro.

Enfim, seria a experiência de se sentir acompanhado pelo outro. E acompanhar seria:

- juntar, ou agregar uma coisa à outra;
- participar dos sentimentos do outro;
- dar sustentação e auxílio harmonioso a uma melodia principal.

Interessa-me especialmente destacar esse último significado, pois implica a ideia de que a melodia principal da “música da

parentalidade” deve ser criada e desenvolvida pelos próprios pais. Nossa tarefa será tentar identificá-la e afinar o instrumento que eles devem tocar, sem impor nossa própria música ao bebê nem à mãe.

Isso coloca no centro de nossas reflexões o papel do outro na constituição da intersubjetividade, bem como o papel das emoções compartilhadas, que, por sua vez, fundam no bebê (junto com todo o trabalho intrapsíquico realizado na ausência da mãe) o processo de diferenciação, etapa fundamental da subjetivação.

Subjetivação

Tomando as contribuições de S. Wainrib (2006), diríamos que a subjetivação se refere à experiência de fazer algo subjetivo, ou seja, dar sentido à experiência em relação a si mesmo. E não só em relação ao que o meio ambiente contribui, mas ao que vem de si mesmo.

E o segundo sentido se referiria ao *devoir sujetivo*, ou seja, à construção do *self* a partir da associação corpo-mente, com a passagem do funcionamento sensorial ao representacional e a necessidade de vincular pulsão e sexualidade a um outro desejante que possa também abri-lo aos outros (terceiridade).

Segundo Alberto Konicheckis (2006), a subjetivação se apresenta como um processo de apropriação que tenta tornar pessoal o que provavelmente continuará a ser externo e alheio ao psiquismo. Para o autor, o eu é o que o indivíduo é psiquicamente, um ser humano, vivendo com sua subjetividade própria e única. A referência ao eu supõe um estado, um ser, um movimento, um processo, um devir, um futuro, mas não necessariamente uma estrutura imutável e repetitiva. Para Winnicott (1960), o verdadeiro *self*, que traz o sentimento de ser e de existir, representa a parte mais viva, pessoal, autêntica e particular de um ser humano.

Em última análise, poderíamos dizer que é o processo pelo qual o bebê poderia ir coconstruindo “sua” perspectiva, “sua” maneira singular de investigar os objetos no “seu” ritmo, um modo singular de vivenciar “suas” experiências e expressá-las, por meio de recursos corporais e simbólicos.

Com isso queremos destacar a nuance processual, o processo em que se constrói como sujeito, no qual o que importa é poder abrir um espaço para que o bebê mostre “sua” perspectiva, “sua” maneira de investigar os objetos com seu tempo e seu ritmo.

Nesse processo, a experiência de ausência da mãe, por exemplo, tem enorme importância; inspirado por S. Freud, A. Ciccone o denomina *processo autoerótico*, a experiência fundamental na qual, após a interação libidinal com o outro, o bebê recria em seu próprio corpo e nos objetos os vestígios do encontro, fazendo todo um trabalho de protossimbolização, como postula G. Haag com seu conceito de *identificações intracorporais*.

Poder expressá-las de diferentes maneiras significa que, na “criança saudável”, com recursos psíquicos, deveríamos encontrar uma flexibilidade de modos de expressão, seja por meio de recursos corporais, lúdicos ou linguísticos. Essa maleabilidade, como capacidade de expressão de suas vivências, implica uma lenta passagem na construção de sua vida psíquica, por meio de uma linguagem do corpo que se integra passo a passo ao valor da palavra e da metáfora.

Houve no início...

Ouçamos como um poeta, Alejandro Bekes (2010), nos transmite de maneira magistral uma suposta “ficção das origens” da constituição subjetiva. Isso também foi uma fonte pessoal de inspiração para o diálogo fecundo da poesia com a clínica da observação do bebê e seus vínculos. O texto diz assim:

Houve talvez, no início, um calado colóquio de olhares. Ou talvez música: o sussurro do vento entre as folhas, o ritmo de alguns passos no chão. Ou talvez um desenho, um jogo do sol entre os ramos, que criou o primeiro sinal de sombras móveis na areia. Finalmente – ninguém sabe como, nem por que, nem por quem – tornou-se palavra. Daí em diante, a palavra nos fez.

A tribo nua que olha o céu teceu um abrigo de frases, para não sentir tão ao vivo a crueza de sua intempérie. A malha que a abrigava tornou-se inseparável de sua própria textura. Sua voz fez das sensações um mundo. Sobre o cego fundamento dos instintos, ergueu-se a casa da fala, a casa do homem.

Nessa forma original e sutil de aproximação ao que supostamente era “uma possível origem” da condição humana, Bekes inicia esse périplo humanizante com um “calado colóquio de olhares”. Metáfora impactante de um diálogo silencioso, porém significativo, impregnado de sentidos, de encontros e cotransformações. O início do contato humano e da subjetivação se refere a um encontro que parte do corpo, da experiência sensorial, e que se abre a uma música, a um ritmo, a um desenho, a um jogo: sinais significativos que abrem caminho para o surgimento da palavra.

Talvez sem saber, o poeta coincide com as propostas de muitos pesquisadores que se perguntam como se coconstrói o processo de subjetivação de um bebê. E autores como B. Golse (2007), por meio da pesquisa do projeto PILE,² mostram como o bebê tem especial

2 O programa internacional de pesquisa sobre a linguagem na criança (Programme International de recherche sur le Langage de l'Enfant, PILE), dirigido por B. Golse, estuda os precursores corporais e comportamentais de acesso da criança à linguagem verbal. Trata-se de uma pesquisa multiaxial, cujo objetivo

sensibilidade à música da voz [também o manifestam de outro modo M. C. Laznik (2013), M. C. Castarede (2005), M. Gratier (2007) etc.] e ao encontro de ritmos, que serão a base a partir da qual se estrutura a linguagem. B. Golse afirma que o bebê chega à linguagem por meio da música (e do ritmo) da voz.

É necessário insistir em como o poeta, em sua intuição, parece marcar um percurso subjetivante do bebê humano, já que é a partir do encontro inicial de olhares que se abrirá a experiência estruturante do rosto do outro como espelho das emoções e da vida do *self* (Winnicott). A isso se devem acrescentar a música e o ritmo, tanto do movimento do corpo no espaço como do encontro com o outro. A partir do colóquio de olhares, Bekes descreve a descoberta das experiências do sujeito no espaço circundante: vento, folhas, sol, ramos, areia, para que depois toda essa experiência heterogênea e policromática se faça palavra. O interessante é que, segundo o poeta, se daria quase ao mesmo tempo uma polifonia de origens, num “ou talvez”, como o “era uma vez” do conto, que dá origem a toda essa forma de expressão corporal ancorada na palavra como passagem também fundante do ser. Isso abre caminho, por exemplo, para as grandes contribuições da experiência de E. Pikler, com atenção especial ao movimento livre do bebê, ao respeito pelo seu tempo e à descoberta do espaço por si mesmo, e a como isso amplia e sustenta a espessura psíquica (David e Appell, 2008; Szanto-Feder, 2012).

Mas Bekes nos ensina que “a palavra nos faz”, cumprindo não só uma passagem da experiência corporal para a palavra, mas também ocupando um papel central na formação do sujeito. E a partir daí o poeta dá um salto qualitativo no encontro com o outro. Não basta nomear a coisa, é preciso que a palavra se transforme em corpo no

particular é analisar as produções verbais, o olhar e os movimentos do bebê quando confrontado com a palavra do adulto, em situação diádica ou triádica (Golse, 2005).

encontro com o outro, para que se possam “tecer abrigos de frases”, para que se possa entrar no campo da metáfora e da narrativa, para que as histórias tecidas em conjunto (narratividade conjunta) se tornem como uma “segunda pele”, um “envelope narrativo” que abrigue a alma diante da intempérie de suas angústias.

Ao longo de sua obra, J. Hochmann (1984) insistiu no valor da narratividade. Ele considera que a *rêverie* materna é sempre uma forma de narratividade. Desse modo, pode-se passar do funcionamento sensorial ao representacional, “fazendo das sensações um mundo” de palavras. Mas não qualquer palavra, e sim palavra que, impregnada de sensorialidade e carregada de emoções, possibilite a passagem do “instinto cego” à pulsão, construindo um continente, “uma casa” que abrigue o conjunto policromático de vivências a que chamamos subjetividade.

A viagem que o poeta descreve é também uma forma de nos revelar a jornada de um ser humano, um bebê em seu processo de devir sujeito.

Já ressaltamos (Guerra, 2007b, 2009, 2013a) que, em todo esse processo, o papel dos ritmos e da ritmicidade conjunta é fundamental. Mas, ao lado disso, devemos incorporar o papel da atenção conjunta e da narratividade, a verbalização das experiências do bebê. Então, nessa tríade de elementos: ritmicidade conjunta, atenção conjunta e narratividade conjunta, configura-se em grande medida o percurso de subjetivação do bebê, principalmente no primeiro ano de vida. Esses elementos são indissociáveis de um aspecto fundamental que norteia as características do encontro mãe-filho: a “maleabilidade lúdica” materna.

Tudo isso faz parte das funções que os pais vão desenvolvendo para possibilitar o processo de subjetivação, no qual o bebê também faz sua parte.

Funções simbólicas parentais

Tentemos descrever, ainda que resumidamente, as funções materna, paterna e do bebê na família, que fazem parte diretamente do encontro intersubjetivo, base da subjetivação do bebê.

Função materna

- Sustenta e unifica o corpo e a psique por meio do ritmo, da atenção e da narratividade;
- envolve o bebê em seus fantasmas;
- fornece um vínculo estimulante e agradável ao encontro da sexualidade adulta sublimada;
- fornece uma função de espelhamento, tradução e transformação das emoções do bebê;
- tolera seus mecanismos regulatórios e o estar só;
- frustra-o, decepciona-o e introduz a descontinuidade, abrindo espaço para a terceiridade.

Poderíamos então dizer que uma função primária da mãe (ou de quem cumpre a sua função) é sustentar e unificar corpo e psique (por meio do ritmo e da lei materna como elementos fundamentais, acompanhados de atenção e narratividade conjuntas).

Nesse sentido, a partir da influência de Winnicott, as funções de *handling*, de *holding* e de apresentação de objetos, que organizam determinada forma de unidade do *self* do bebê, adquirem grande relevância.

Por sua vez, a mãe o envolve com seus fantasmas (Anzieu-Premmereur, 2004). O bebê é objeto das fantasias que vêm do inconsciente de sua mãe, ele é fruto de seu mundo pulsional; ela fornece a ele um vínculo relacionado à sua própria sexualidade

sublimada, um elemento que J. Laplanche (1987) desenvolverá claramente com seu conceito de “teoria da sedução generalizada”. A erotização materna no encontro passa a ser a fonte da pulsão do bebê, e isso, sabemos, é também um dos pontos de partida possíveis da pulsão epistemofílica do desejo de conhecer o mundo.

Ela cumpre uma “função de espelho”, já conceituada especialmente por D. Winnicott e retomada por outros autores como P. Fonagy. Também são colocados em jogo os mecanismos de imitação (Gaddini, 1969; Missonnier, 2004; Gergely et al., 2002; Nadel e Decety, 2002) tão fundamentais como base dos processos de introjeção do objeto, que também darão certa forma de continuidade ao eu incipiente do bebê. Por sua vez, ela também traduz (coloca em palavras) e transforma as emoções e as angústias do bebê.

Em virtude de sua função, a mãe vai tolerando os mecanismos regulatórios do bebê na interação, com os momentos necessários de afastamento antes da excitação do contato, como apontado por autores como A. Carel (1998) e A. Ciccone (2007). Nos momentos de interação face a face, D. Stern (1971) já descreveu os necessários momentos de pausa e como não respeitar essa experiência pode gerar algumas dificuldades, como no caso Mark e Fred, com seus “passos em falso na dança”.

Nessa perspectiva, entendemos como, ao aceitar os momentos de afastamento, a mãe tolera certo silêncio interativo, reelaborador da experiência com o objeto na presença, que será uma das bases (junto com a experiência do autoerotismo) da futura “capacidade de ficar só” (Winnicott).

Outro elemento fundamental é a forma como a mãe consegue introduzir frustração, descontinuidade e decepção no vínculo com o bebê. Winnicott (1971) já nos dizia que a decepção continua sendo uma das tarefas fundamentais dos pais e educadores.

Esse “não” necessário da mãe também marcaria nela a presença de um “terceiro internalizado” que articula a diferença com o objeto

e a necessária interdição pulsional, para que a subsequente ausência do objeto se torne processável para o trabalho de representação. Desse modo, a mãe abre caminho para o lugar do pai, concreto, de carne e osso (não apenas um terceiro simbólico), cujas contribuições também são fundamentais para o bebê.

Função paterna

- Sustentação: “É preciso três para que dois tenham a ilusão de ser um”;
- introduzir a descontinuidade e a separação típicas do chamado “diálogo fásico” (Le Camus);
- marcar a diferença com a mãe, podendo representar um polo exploratório do desconhecido e do mundo exterior;
- terceiro que separa e transmite a proibição do incesto.

A função paterna, que tem sido objeto de estudo em diferentes perspectivas teóricas que não desenvolverei aqui, pode ser exercida muitas vezes pelo pai “real”, implicando também a princípio uma função de apoio.

Para que a mãe possa se abrir para o universo sensorial primário do bebê e tolerar sua “doença materna primária”, precisa de outro para sustentá-la. A ilusão de um encontro quase fusional não pode ser exercida sem outra pessoa que a narcise e, por sua vez, assuma o controle de alguns aspectos da vida que estão em suspenso. Às vezes, essa função pode ser desempenhada pela avó, mas em muitos casos atualmente é desempenhada pelo pai, que abre para o bebê esse universo de outro tipo de desejo e contato corporal.

Por sua vez, o pai (como outro que não é a mãe), por suas próprias características físicas e psíquicas diferentes, introduz lentamente a descontinuidade necessária à vida psíquica.

Como aponta D. Houzel (1995), o ser humano tem “apetite de continuidade”. Isso se explica pela necessária previsibilidade dos macrorritmos de D. Marcelli (2000), que também aparece nas primeiras formas de organização temporal: “depois disso, vem aquilo”. Portanto, a continuidade-previsibilidade do cuidado pode fazer parte dos primeiros rudimentos do ego.

Mas, por sua vez, o diálogo rítmico entre continuidade-descontinuidade pulsa os movimentos de subjetivação, para que o inesperado, o novo e a surpresa possam surgir (Marcelli, 2007).

Embora diferentes formas de descontinuidade estejam presentes praticamente desde o início na relação mãe-bebê, seria o pai, em suas interações corporais e lúdicas, que mais deixaria marcas nesse aspecto. J. Le Camus (2000) o afirma, com base no seu conceito de “diálogo fásico”. Em sua dupla função de apoio e contato específico com o bebê, o pai transmite outra forma, outro modo de dialogar corporalmente e, tomando (ou retomando) a mãe como objeto de desejo sexual, enuncia em si uma interdição que diz respeito tanto ao bebê quanto à mãe. Dessa forma, ajuda a mãe a reconquistar seu espaço de mulher, articulando sua identidade materna com sua identidade feminina. O bebê perceberia que não satisfaz plenamente a mãe, pois seu desejo também está direcionado para o terceiro.

Função do bebê

- Perturbar a vida psíquica dos pais (o prazer e o desespero da parentalidade);
- ser suporte de projeções parentais;
- possibilitar uma reativação da comunicação primária, arcaica. Cocriar com seus cuidadores uma “língua intersubjetiva” que permita organizar de maneira rítmica e narrativa a polissensorialidade primária;

- sustentar parcialmente a ilusão de completude e continuidade (confirmação ou questionamento do narcisismo parental e especialmente materno);
- possibilitar o experimento de emoções estéticas [estética da (inter)subjetivação], a esperança de renovação e criatividade na vida.

Essas funções do bebê configuram o aspecto revolucionário de seu advento ao seio familiar. O bebê tem a potencialidade de maravilhar e de desesperar os pais. Entre os múltiplos motivos para isso, prestaremos agora atenção especial ao papel da reativação dessa comunicação primária corporal que, muitas vezes, vem da mão dos fantasmas do passado que ocupam seu berço (Fraiberg, 1999).

Entrar em relação com um bebê implica revisitar as próprias origens, dar a palavra ao *in-fans* que uma vez fomos e que nos habita nos interstícios da palavra (Pontalis, 2002). Dessa maneira, e coincidindo também com as sutis contribuições de E. Gómez Mango (2012), podemos dizer que todos nós somos parcialmente exilados da pátria originária da língua.

Ao nascer, falamos uma língua, a língua primeira do corpo, da sensorialidade, das intensidades sensoriais que, como uma catarata, podem nos arrasar ou fascinar. A partir do momento que somos sujeitos falantes (aos 2 anos), talvez vivamos uma primeira castração (Pontalis, 2008), que nos concede grandes benefícios e perdas significativas.

E. Gómez Mango (2012), analista e poeta, transmite de forma muito sensível esses elementos da vida psíquica.

Citarei em extenso pela riqueza conceitual:

Se é verdade que o homem vive na língua, também é verdade que, ao nascer, está excluído dela. O infans, o pequeno humano não sabe falar, ainda está sem linguagem,

embora se banhe nela desde o nascimento. Mas não é apenas uma etapa cronológica e biológica cujos limites poderiam ser demarcados com nitidez. É o tempo primordial da infância em que predominam o sensual, o sensível, o transbordamento dos sentidos, a emoção e suas formas de expressão mais primitivas, que deixam marcas ou vestígios indeléveis na memória constituinte de cada sujeito. O infans acompanha o falante como uma nostalgia desse mundo ou pátria inevitavelmente perdida a qual ele habitou mudo, sem palavras. Não só é um “verde paraíso dos amores infantis” (Baudelaire), mas também a ameaça dos “tão temidos infernos” do desamparo, do abandono, da angústia de aniquilamento. Penetrar no universo da linguagem significa progresso, aquisição de um sistema de signos e formas que favoreçam a comunicação e o desenvolvimento do intelecto, o acesso ao tesouro da tradição e da história, memória coletiva, que se preserva e transmite em cada língua. Mas também pode ser compreendido como perda irremediável: entrar na linguagem é uma viagem sem retorno, uma ida sem volta, uma vez nela é impossível a abandonar, voltar atrás. Todos os falantes somos apátridas do reino dos infans.

Esse autor, com sua sensibilidade especial, ilustra parte desse sentimento complexo que envolve o contato com a “língua primeira”. Talvez estejamos acostumados a pensar no ganho simbólico que implica o acesso à palavra, mas ele também acarreta perdas importantes e, ao mesmo tempo, o risco de supor que o ser habite apenas na palavra.

Há uma vivência íntima, implícita, interna, à qual a palavra em seu sentido conceitual tem difícil acesso, e diz respeito à riqueza dos

in-fans, ao inefável das emoções do sujeito, ancoradas na sensorialidade e na ritmicidade do corpo. Das quais, como ressaltam esses autores, muitas vezes ficamos exilados.

Quando e como retornamos desse exílio?

Em situações diversas: na cena amorosa, em momentos de vulnerabilidade física ou psíquica, em uma análise, em vivências relativas à arte, e também ao ter ou cuidar de um bebê (*in-fans*).

Lá, os pais revisitam a terra de sua in-fância e encontram paisagens que almejavam e evitaram. Por meio do próprio narcisismo, revisitam *Sua Majestade, o bebê* (Freud, 1914), mas muitas vezes essa zona não se torna tão luminosa, mas opaca, inundada de angústias ocultas pela névoa do tempo.

A partir dessa perspectiva, argumentamos que, para entrar em contato com seu bebê, a mãe também revisita seu narcisismo primário. O esforço psíquico regressivo que possibilita a existência da *rêverie* que Bion apresenta (e, com ela, a importante função alfa): momentos necessários que lhe permitem viver certo grau de ilusão de que forma uma unidade com seu bebê. Mas, ao mesmo tempo, toda regressão, como afirma S. Freud (1923), implica uma defusão pulsional e uma vulnerabilidade narcísica. Isso explica as mudanças nas representações que a mãe tem de si mesma, que oscilam entre momentos de sensação de completude e outros de vazio, insegurança, angústia e vulnerabilidade.

Por esse motivo, pensamos que, como compensação, ela volta a vivenciar o bebê como um “objeto sagrado” (Korff-Sausse, 2006), o que lhe permite viver uma experiência estética, de íntima comunhão com um objeto que lhe concede um prazer especial de criação e também de plenitude e beleza. Experiência a que denominamos “estética da subjetivação”.

Este estado de funcionamento psíquico também possibilitará o desenvolvimento da empatia, necessária para poder suportar a violência do cuidado e “viajar” para conhecer esse misterioso continente que é a vida psíquica do seu bebê (“complexo do arcaico”).

Complexo do arcaico na parentalidade e a estética da subjetivação

Complexo do arcaico na parentalidade

Cuidar de um bebê, principalmente nos dois primeiros anos, implica para a mãe uma revolução emocional na qual a resignificação da sua própria infância assume múltiplas formas de expressão. Essa revolução implica o ressurgimento de uma forma arcaica de funcionamento que, no conjunto, denomino “complexo do arcaico” (Guerra, 2013b). Chamo de “complexo” no sentido de um conjunto de elementos subsidiários entre si que dão conta de uma espécie de estrutura que permite compreender as vivências e as condutas.

O conceito de arcaico designa em psicanálise os aspectos da psique organizados no passado mais remoto, que serão retomados e reorganizados durante toda a vida, e que incluem as formas primárias de simbolização. Como sublinha Anne Brun, trata-se de:

Escutar o arcaico no duplo sentido etimológico, “começo” e “princípio”, visto que se trata de reatualizar a primeira relação entre a criança e o ambiente e colocá-la em funcionamento também como princípio. O arcaico então remete à construção do vínculo com o objeto e aos processos de diferenciação deste, mas o arcaico também permanece sempre presente em cada sujeito . . . Na

perspectiva freudiana, o arcaico pode ser definido como a inscrição de traços mnêmicos perceptivos. (Brun, 2007, pp. 170, 121)

Seguindo Roussillon, os processos de constituição subjetiva dos começos in-fantis anteriores ao surgimento da linguagem explicariam a ideia do arcaico como algo antigo que ocorre primariamente. Aspectos que não devem colidir com o conceito do *après-coup*. O problema é pensar que toda a experiência emocional do sujeito é governada pela ressignificação, e poderíamos pensar que, em grande parte, é assim.

Gómez Mango (2011) afirma que o arcaico pode se referir ao que está além do tempo cronológico. Se pensarmos em *Los Peines del viento*, de Chillida, poderíamos relacioná-lo com algo do arcaico como um originário incessante que diz respeito a processos de criação. Isso em relação a uma obra de arte, mas acho que podemos estendê-lo à subjetivação humana... uma origem incessante que gera algo... uma forma do arcaico que se ressignifica quando se tem um bebê.

Minha interpretação é que o bebê, por meio do ritmo, da sensorialidade e a seguir da palavra, conecta-se com aquele “originário incessante que o engendra” em seu processo de subjetivação. Claro, não se trata de uma experiência solipsista; ele precisa da interação fundacional do outro que cuida (funções materna e paterna), que deve entrar em um ritmo comum com aquele bebê para que se relance esse “originário incessante”. Tarefa parental que pode ser tanto prazerosa como angustiante e desorganizadora.

No entanto, podemos encontrar experiências que permanecem com determinado nível de fixidez, e que não passam por registros simbólicos comuns, mas se ancoram no corpo em um dizer silencioso que se orienta, entre outras coisas, pelo tom, pelo modo de comunicação e de estar consigo próprio e com o outro. Essa seria

uma forma arcaica de comunicação que entra em vigor no relacionamento com um bebê. E, quando nos referimos ao tônus, queremos dizer o tom da voz e o tônus muscular. Sobre isso, o trabalho de H. Wallon é exemplar. Atualmente, sob múltiplas perspectivas, o tom de voz é objeto constante de estudo. Mas devemos lembrar que o bebê é um especialista tonal. Ele se forma a partir da voz do outro: a voz é música e a música é linguagem. A voz materna molda as primeiras trocas entre a criança e o mundo e arma sua vivência de ser contido no encontro a partir do “diálogo tônico”, como dizia há anos Julián de Ajuriaguerra.

Desse modo, para o sujeito adulto, “o arcaico” também implica um deixar fluir emoções muito primárias, algumas sem representação de palavra associada, o que o deixa mudo diante de si, destituído de sua lógica habitual. O que pode ser tanto fonte de criação como de espanto.

Cuidar, criar um filho, um bebê, é tanto um espetáculo maravilhoso como uma experiência terrível e muito ambivalente. A mãe e o pai não se encontram apenas com seu bebê, mas com sua genealogia familiar e fantasmática, que renasce a cada nascimento. Metáfora que uma grande autora como S. Fraiberg (1999) denomina “fantasmas no quarto do bebê”.

A língua portuguesa traz em sua polissemia um fato muito curioso e interessante. A palavra *criação* pode ser usada em sentido duplo. Descreve o processo de criação da obra de arte de um artista e o processo de criar e cuidar de um filho. Em ambos a espessura criativa está presente, é um ofício cheio de prazeres e, às vezes, de medos radicais.

Por isso insistimos na correspondência entre os processos de criação dos artistas e os processos de subjetivação do ser humano. Em grande parte, porque ambos implicam submergir no início de algo, em vivências do in-forme, e afundar suas raízes no corpo,

na comunicação corporal, desalojando parâmetros racionais e ingressando em um mundo emocional repleto de contradições que desestabiliza o sujeito.

Muitas mães dizem que, no início do contato com o bebê, sentiram-se tanto encantadas como confusas, perdidas e incapazes de organizar suas ideias ou explicar claramente o que sentiam. Atitude que, como sabemos, Winnicott chama de “preocupação materna primária”.

Do nosso ponto de vista, essa é uma reatualização do “arcaico” que, no caso da parentalidade, do cuidado de um bebê, chamamos de “complexo do arcaico”.

Nossa noção de “complexo do arcaico” surge da leitura de vários autores, como D. Winnicott, D. Cupa, B. Cramer, T. Benedeck, B. Brazelton, Klaus e Kennell, e fundamentalmente da experiência de dezoito anos em um jardim de infância da cidade de Montevideu, no qual pudemos desenvolver um trabalho de consultas terapêuticas de base psicanalítica com pais de crianças que frequentavam a instituição. Ali fomos observando, a partir das mais de mil consultas que fizemos (com uma média de quatro consultas por família, ou seja, mais de 4 ou 5 mil horas de escuta, e outras tantas de observação da criança em seu grupo ou em brincadeira livre), como se reiterava um fato significativo: os pais, principalmente as mães, falavam tanto do seu encantamento como de suas loucuras, e algo mudava na representação do filho e de si mesmos como pais na passagem do filho de *infans* para *enfans*.³

Ou seja, a partir do advento da linguagem verbal no filho (a partir dos 2 anos, muitas vezes junto com a aquisição do controle esfinteriano), algo se transformava na imagem e no funcionamento mental dos pais. O bebê entrava diretamente por si mesmo no campo da linguagem, e suas experiências poderiam começar a se expressar

3 Em francês, seria a passagem do *l'infans à l'enfance* (nota do tradutor espanhol).

em outro plano. Isso ajudava os pais a “saírem de um funcionamento arcaico”, a pré-linguagem, que tem suas raízes na imediatez do corpo e em seu senso-ritmicidade, o que era vivido como um esforço físico e mental muito desgastante.

Poderíamos dizer, inspirados nisso, que a experiência de parentalidade é um desafio de integração das experiências subjetivas primárias e arcaicas. E isso, insisto, não pode ficar isolado como um único item, mas faria parte de um complexo de experiências psíquicas que se desenvolve mais plenamente nos primeiros dois anos de vida da criança. Seriam o advento da linguagem na criança e seu potencial de vínculo psíquico, a expressão de suas vivências (incluída logicamente a capacidade simbólica do brincar), a tolerância da ausência do objeto e a potencialidade de comunicação com os outros “que dariam o sinal” para sair do arcaico e entrar em um registro de funcionamento mais típico do processo secundário.

Não podemos esquecer que, embora para nós o processo primário seja fonte de fecundidade do inconsciente, é ao mesmo tempo uma forma de desajustamento para o sujeito que vive imerso nesse processo secundário em seu mundo habitual, o que em parte lhe dá a ilusão de segurança identitária.

Por isso, em minha experiência, escutei centenas de vezes o alívio que certas mães sentem quando a linguagem (e o controle esfincteriano) se instaura em seus filhos, e elas próprias sentem que saem de um estado de dependência radical que implicou uma importante transformação de seus ritmos de vida.

Também encontramos o oposto: em alguns casos, em lugar de alívio, observa-se um intenso sentimento de perda muitas vezes compensado por uma nova gravidez e/ou uma atitude de renovação da dependência do filho em relação a elas, impedindo a entrada do terceiro na vida psíquica da criança.

Mas, enfocando o peso do arcaico, foi a partir da experiência das consultas no jardim, bem como no meu consultório de psicanalista, que desenvolvi como hipótese estes pontos que constituiriam o “complexo do arcaico” na parentalidade:

- uma forma de comunicação primária, sensorial, rítmica;
- ressurgimento de identificações primárias;
- certa vulnerabilidade narcísica;
- ressurgimento de ansiedades e mecanismos de defesa primários;
- emergência da “violência fundamental”;
- modificações na conformação de sua identidade;
- modificação na temporalidade e no “espaço psíquico” (a mãe diz que cuidar de seu bebê tira ou anula o seu próprio tempo);
- medo de ser objeto da pulsão do bebê, de que ele possa dominar a vida da mãe (e sua sexualidade);
- diminuição da violência do arcaico com a aquisição da linguagem e do controle esfinteriano.

A transformação temporária que cuidar do bebê implica tem um aspecto ambivalente e configura uma forma de violência. A etimologia do termo “violência” nos remete à noção de esforço para se manter vivo, presente em todo ser humano, constituindo-se no seu instinto de vida ou de sobrevivência. Tem o objetivo vital de atender às suas necessidades, mesmo sem levar em conta o outro. Trata-se do desejo de conquistar o seu lugar e, de certa forma, dominar a situação.

Algumas vezes, a experiência de não entender o que o bebê está pedindo gera no outro a vivência de uma violência. A mãe se pergunta: o que esse bebê quer de mim? Para ela, isso significa um enigma.

A violência do arcaico, que pode despertar ódio na mãe, pode se dar por diversos motivos:

- o bebê não é a própria concepção mental da mãe;
- o bebê constitui um perigo para o corpo da mãe durante a gravidez e o parto;
- o bebê interfere na vida privada da mãe, é um desafio que causa preocupação;
- o bebê às vezes é cruel, trata-a como escória, como serva gratuita, como escrava;
- seu amor excitado é um amor interessado, de tal maneira que, uma vez alcançado o que pretendia, ele a joga para longe de si como se fosse a casca de uma laranja;
- a princípio, o bebê deve dominar, precisa ser protegido, a vida deve se desenvolver em função do bebê, o que requer um cuidado contínuo e detalhado por parte da mãe;
- quando o bebê fica excessivamente exigente, faz a mãe sentir que sua temporalidade e, em parte, sua identidade pessoal estão sendo anuladas.

Tudo isso gera ambivalência intensa acompanhada de sentimentos de culpa e confusão a respeito do seu papel materno. A mãe perde parte do contato libidinal com o filho e surge uma representação hostil. Sente-se muito limitada e perde seu potencial criativo para se comunicar com seu bebê. Sente que perde sua “capacidade de tradutora”, capacidade de criar uma neo-linguagem com seu bebê. Este já não é mais uma esperança de renovação, criatividade e descoberta estética.

Estética da subjetivação

Algo que ajuda os pais diante dessas vivências tão difíceis e angustiantes é poder viver o bebê, e o vínculo com ele, como uma estética da subjetivação. A palavra *estética* designa a ciência dos sentidos,

das sensações. Vem do grego *aisthesis*, que significa percepção e se relaciona com as experiências corpo-sensoriais que se ancoram em um sistema de comunicação não verbal.

Cabanellas (Cabanellas et al., 2007) afirma que: “A estética é um tipo de conhecimento global, sincrético, sensorial e rítmico que predomina na primeira infância e vai sendo ocultado pelo pensamento analítico diferenciador, predominante nos adultos, deixando os primeiros ao serviço de criatividade” (p. 181).

Então, essa estética inicial, não racional, pode continuar no sujeito como germe da criatividade para a vida toda.

Pessoalmente, considero *estética* um termo polissêmico que implica um contato primário com a experiência sensorial, o limite do desamparo, diante do qual a vivência de se maravilhar parece um recurso. A estética da subjetivação seria moldada pela experiência da sensorialidade e da ritmicidade como forma de criação “pré-linguagem”, ancorada na experiência corporal e emocional. A experiência nos mostra que, em seu vínculo necessariamente ambivalente, a mãe modifica alternadamente a imagem de seu filho entre um ser insuportável e um ser divino. Ou seja, entre demônio e ser estético. Poderíamos interpretar isso a partir do ângulo da proposta freudiana de *Sua Majestade, o bebê*, que será o portador das ilusões, dos limites e das frustrações que a vida impôs à mãe.

Acrescentamos que a estética da subjetivação pode compensar um pouco o bebê arcaico dos primórdios. Talvez por isso as mães festejem, exaltem os movimentos subjetivos do bebê e a precocidade na aquisição de algumas funções e atitudes, celebrando isso como algo divino. Em geral, os pais estão muito atentos aos marcos do desenvolvimento e, em especial, identificam-se intensamente com o bebê descobridor do mundo, que está aberto ao inusitado, à surpresa e à criação. O bebê estético é aquele que carrega a beleza de redescobrir o mundo e os pais se identificam com ele para compensar

a violência do arcaico. Observa-se cada vez mais que, quando o bebê dá mostras de desenvolvimento precoce, os pais celebram e se confirmam narcisicamente em sua imagem parental. Significaria a saída do bebê do lugar de desamparo e vulnerabilidade, mas também, insisto, seria como uma identificação parental com a possibilidade de redescobrir o mundo sensorial e corporalmente, revivendo o acesso à linguagem como criação pessoal.

O acesso à linguagem verbal maravilha os pais: quando o bebê começa a falar e a dizer as primeiras palavras, os pais muitas vezes se surpreendem com o modo dele de inventar e montar as palavras (deformar, que é também dar nova forma).

Algumas palavras sobre empatia

O que segue neste item é resultado do trabalho dos compiladores, uma vez que encontramos notas inacabadas. Victor morreu trabalhando nesses aspectos.

Tudo isso determinará a possibilidade de uma atitude empática na mãe, que é uma das bases do encontro, permitindo-lhe tolerar a violência do cuidado e, assim, “viajar” ao misterioso continente que é a vida psíquica do seu bebê. Empatia é a receptividade à experiência emocional do outro. É deixar outras lógicas nos habitarem e visitar e ser visitados por outras sensibilidades. Sair, habitar, visitar: todos verbos que implicam uma forma de abertura, uma forma de dispor do que já se sabe para viver na posição de descobridor – a característica *princeps* do infantil.

O conceito de empatia vem dos filósofos da arte estética. O termo *empatia* – em alemão, *Einfühlung* – foi usado por R. Vischer (1873) como uma forma de sensibilidade estética na qual projetaríamos nossos estados afetivos sobre os objetos.

J. Hochmann (2012) cita as contribuições do filósofo Victor Basch: “No ato de prolongar-se nos objetos externos, projetar-se, fundir-se neles... durante a contemplação estética, acreditamos verdadeiramente nos haver tornado linha, ritmo, som, nuvem, vento, rocha e riacho” (p. 42).

E Hochmann marca o ponto interessante da passagem da estética para a psicologia do sujeito ao dizer:

[Vischer] anuncia a transição da estética para a psicologia, ao sentir um dos traços característicos da posição empática: o fato de ser capaz de mergulhar na consciência dos outros enquanto permanece consciente de si mesmo.

Seria a situação particular de participação “no” outro em que o sujeito se identifica e se projeta a ponto de compartilhar os estados de ânimo do outro e senti-los como seus. É também a capacidade de sentir e compreender as emoções dos outros como se fossem suas. Seria uma disposição ativa, não consciente, de incorporar elementos verbais e não verbais para captar a vida emocional do outro e deslizar até o envolvimento emocional da vida psíquica.

Essa disposição já está presente no bebê, pois, quando um recém-nascido escuta o choro de outro bebê, em geral isso o leva a fazer o mesmo. Esse “despertar empático” é descrito na neurobiologia como competência neonatal. Nessa perspectiva, a empatia é um requisito no qual se baseia a intersubjetividade, fundando suas raízes na evolução dos mecanismos que nos permitem sentir o estado emocional do outro.

Assim, as pesquisas atuais em neurociências mostram que usamos as mesmas fontes neurais para agir, representar uma ação e apreender o outro. Haveria, portanto, “uma sobreposição parcial entre as regiões corticais ativadas no curso da geração de uma ação

intencional, sua simulação mental e o reconhecimento visual das ações realizadas por outro”.

Como isso se expressaria no relacionamento da mãe com o bebê? Desde os primeiros dias, a mãe devolve no seu próprio rosto os gestos que seu bebê realiza. Em outras palavras, a mãe imita as expressões faciais do bebê, em particular, os esboços de mímica que podem dar apoio à emoção. Como ressalta a psicomotricista C. Ravera (2008), deve colocar-se em jogo uma forma de “empatia tônico-emocional”.

Como diz Cyrulnik (2013), nossos neurônios-espelho entram em ressonância com o gesto do outro que nos toca. Assim, na empatia neural, a visão do movimento de alguém estimula em espelho os neurônios motores do outro. Mas esse outro deve ser significativo.

Enactment ou empatia metaforizante de S. Lebovici

Recentemente, esse conceito teve uma relativa difusão no campo terapêutico. Refere-se a um aspecto da contratransferência, quando esta se torna um ato, quase uma passagem ao ato, em que o terapeuta se sente compelido a agir de alguma forma, ao ser tomado pela projeção de aspectos arcaicos da mente do paciente.

Neste momento, proponho assumir esse conceito como o faz Lebovici (1998), ao considerá-lo diferente da passagem ao ato, ressaltando que implica uma experiência interna que define uma ação repentina durante a sessão terapêutica. Com esse termo encontrou uma referência útil para dar apoio aos “momentos sagrados” que marcam intervenções paradoxais e, portanto, eficazes. Lebovici mantém a paternidade do conceito, que posteriormente foi tema de um número especial da *Revista Internacional de Psicoanálisis*. Lebovici postula que a *encenação empática* constitui um instrumento

essencial da consulta terapêutica, uma ferramenta que lhe confere poder metaforizante.

Ele extraiu do *Dicionário Harraps* o significado de *enactment* [encenação]. *Enact*: 1. em termos legais, significa promulgar uma lei, ordenar, decidir, decretar e 2. na literatura, significa: jogar, representar, proceder a uma cerimônia, desempenhar um papel. *Enactment*: promulgação de uma lei. Com esse conceito, Lebovici tenta dar conta de certas intervenções repentinas e inesperadas de sua parte, que revelariam certos “momentos sagrados” (Winnicott) da consulta que marcam uma mudança na dinâmica. Lebovici observa, em um bebê com distúrbios do sono, como a mãe o sustenta, deixando sua cabeça para cima. Aí ele intervém, pousa a cabeça no braço da mãe para o bebê olhá-la nos olhos e diz: “assim permite que o bebê a faça mãe dele mesmo”. Nesse momento, Lebovici “atua”, desempenha um papel, procede a uma ação e ordena, promulga uma lei. Podemos pensar também que nessa intervenção haveria uma rede de funções maternas e paternas, pois sustenta e marca um limite, demarca o território próprio de cada um dos membros da díade, em uma reciprocidade concomitante que lhe confere um estatuto de identidade (a mãe se torna mãe se permitir que o bebê olhe para ela e o bebê se torna filho se a mãe lhe der sustentação e puder olhar para ele).

A empatia metaforizante é um estado de ligação perceptiva e emocional com o sofrimento da família, que até o momento não pôde ser nomeado, mas que, se trabalhado com o analista, pode ser vivido como uma nova experiência do que não era possível no início do desenvolvimento.

Nós, como psicanalistas, entramos em ressonância com as intenções e as emoções dos outros. Colocamo-nos no lugar deles e vivemos, em nós, o que eles vivem.

Acredito que o trabalho analítico busca despertar a chama da vida psíquica, tão necessária e variada para cada caso e para cada família.

A cada vez, para mim, trabalhar com a parentalidade e a infância não é apenas o trabalho com a perspectiva metapsicológica da pulsão, mas também a de uma tópica intersubjetiva que busca proporcionar uma experiência de subjetivação diferente, de transformação subjetiva que provoca novas descobertas no sujeito. Muitos autores já falaram a esse respeito, como Winnicott e também, claro, A. Alvarez e a companhia viva.

Assim, apoiado em tudo isto, considero que o arcaico não se refere apenas a um eixo temporal, aquele que começou primeiro, mas que o seu aspecto fundamental é dar forma a um originário incessante, fonte de criação e descoberta do mundo e da novidade para o bebê, sempre e quando contar com um encontro intersubjetivo adequado, pautado (entre outras coisas) pela coconstrução de um ritmo em comum com o outro.



O autor, ao considerar a intersubjetividade e o processo de subjetivação para pensar os adoecimentos psíquicos, se diferencia da tendência classificatória atual, geralmente assertiva e centralizada em diagnósticos baseados em sintomas, o que leva ao fechamento de sentido. O autor traz à tona uma problemática importante e atual para pensarmos os sofrimentos psíquicos na infância em uma abordagem psicanalítica, com uma concepção de saúde mais abrangente e dinâmica que permite a ampliação do raciocínio clínico.

A sensibilidade e o entusiasmo de Victor Guerra em compartilhar suas ideias e descobertas estarão sempre presentes entre aqueles que com ele conviveram. E agora o leitor brasileiro terá a oportunidade de conhecer mais de perto o pensamento do autor. Devido à sua abrangência, a obra pode interessar aos profissionais da área da saúde, da educação e a todos que se interessam pelo diálogo interminável entre a arte e a psicanálise.

Carla Braz Metzner

PSICANÁLISE

ISBN 978-65-5506-376-9

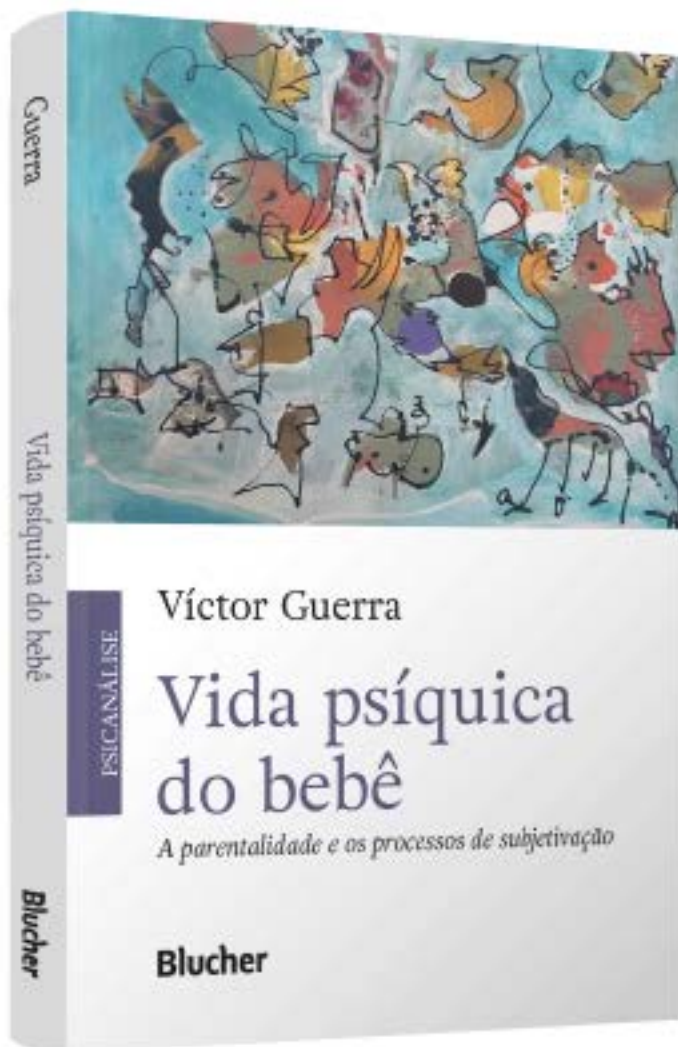


9 786555 063769



www.blucher.com.br

Blucher



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

Vida psíquica do bebê

A parentalidade e os processos de subjetivação

Víctor Guerra

ISBN: 9786555063769

Páginas: 336

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2022
